



TJDFT

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Concurso Público
Editais de n.ºs 1 a 6/2000 – TJDFT

CARGO:
TÉCNICO JUDICIÁRIO (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)
ÁREAS: ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT
Concurso Público – Editais de n.ºs 1 a 6/2000 – TJDFT

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)
ÁREAS: ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

INSTRUÇÕES

- 1 Este CADERNO consta de **cinquenta** questões objetivas, assim distribuídas: **dez** questões de **Língua Portuguesa**; **cinco** questões de **Noções de Informática**; **dez** questões de **Legislação Aplicada ao TJDFT**; e **vinte e cinco** questões de **Conhecimentos Gerais e Específicos**.
- 2 Caso este CADERNO esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2000 – TJDFT, de 9/6/2000.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve levantar-se nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação (que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital, conforme consta no Edital n.º 1/2000 – TJDFT, de 9/6/2000) e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções ou nas Folhas de Rascunho e de Respostas poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

AGENDA

- I **7/8/2000** – Divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas na Internet, nos endereços <http://www.cespe.unb.br> e www.tfdf.gov.br; e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **8 e 9/8/2000** – Recebimento de recursos das provas objetivas exclusivamente na Gerência de Atendimento, CESPE/UnB, em Brasília.
- III **22/8/2000** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a prova prática de capacidade física para a área de Serviços Gerais, Especialidade Segurança e Transporte, e do resultado final do concurso para as demais áreas e especialidades.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **DOS RECURSOS** das Instruções ao Candidato.
- Em nenhuma hipótese o CESPE e o TJDFT prestarão, por telefone, informações relativas à posição do(a) candidato(a) no processo seletivo.
- É **proibida** a reprodução total ou parcial deste material, por qualquer meio ou processo, sem autorização expressa do CESPE/UnB.



**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF
Concurso Público – Editais de n.ºs 1 a 6/2000 – TJDF**

**CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO (NÍVEL INTERMEDIÁRIO)
ÁREAS: ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA**

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra **F** na **Folha de Respostas** não acarretará penalização; servirá somente para caracterizar que o(a) candidato(a) desconhece a resposta correta.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 1 a 4

A terra

1 Ao sobrevir das chuvas, a terra (...) transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios. Insulam-se os cômodos
4 escalvados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos de blocos
7 disjuntos – de sorte que as chapadas grandes, intermeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se
10 a secura anormal dos ares. Novos tons na paisagem: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes da forma e da cor.

13 Dilatam-se os horizontes. O firmamento, sem o azul carregado dos desertos, alteia-se, mais profundo, ante o expandir revivescente da terra.

16 E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono.

19 Depois tudo isto se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfixiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombrador da seca.

22 A natureza compraz-se em um jogo de antíteses.

Euclides da Cunha. **Os sertões: campanha de Canudos**.
31.ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 37-8.

QUESTÃO 1

O texto LP-I trata da

- (A) natureza agreste que provoca várias moléstias respiratórias ao homem, devidas à baixa umidade do ar.
- (B) terra do Planalto Central do Brasil, local de grandes contrastes, devidos à baixa densidade da vegetação.
- (C) distribuição das terras brasileiras, cuja fertilidade exige que se faça, sem demora, a reforma agrária.
- (D) mudança periódica da paisagem sertaneja, derivada da ação transformadora da chuva.
- (E) oposição entre terras férteis do litoral e terras inóspitas do interior, contraste esse que dá prazer à natureza humana.

QUESTÃO 2

Considerando o último período do texto LP-I, assinale a opção em que a variação estabelecida **não** corresponde a uma das antíteses do texto.

- (A) “vales secos” *versus* “rios”
- (B) “cômodos escalvados” *versus* ilhas verdejantes
- (C) “blocos disjuntos” *versus* colinas arredondadas
- (D) “sertão” *versus* vasto pomar
- (E) convas escancelados *versus* “intermitência das chuvas”

QUESTÃO 3

Assinale a opção em que os elementos destacados do texto LP-I contribuem, respectivamente, para:

- I - salientar as variações nas formas e na coloração da paisagem;
- II - prenunciar a chegada da seca.

- (A) I - “a desolação anterior” (l.2-3)
II - “Os vales secos fazem-se rios” (l.3)
- (B) I - “a transparência do espaço” (l.11)
II - “atmosfera asfixiadora” (l.19)
- (C) I - “acervos de blocos disjuntos” (l.6-7)
II - “dias torturantes” (l.18)
- (D) I - “a secura anormal dos ares” (l.10)
II - “empedramento do solo” (l.19)
- (E) I - “O firmamento, sem o azul carregado dos desertos” (l.13-14)
II - “expandir revivescente da terra” (l.15)

QUESTÃO 4

Quanto à tipologia textual, o texto LP-I

- (A) é uma descrição literária de uma parte da paisagem telúrica brasileira.
- (B) constitui uma narrativa ficcional dos principais problemas enfrentados pelos homens do sertão no trato da terra.
- (C) é uma dissertação a respeito dos impasses da seca que abate o solo nordestino.
- (D) apresenta-se sob a forma de uma argumentação em favor do tratamento hídrico dos cerrados do Planalto Central.
- (E) deve ser entendido como parte de um relatório técnico, em que se faz a descrição do contexto mediante o uso de linguagem denotativa.

O homem

1 O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo
exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.
4 A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela
o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura
corretíssima das organizações atléticas.
7 É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo,
reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza,
sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de
10 membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida,
num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade
deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao
13 primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal
para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos
estribos, descansando sobre a espenda da sela. (...) E se na marcha
estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o
16 isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o
termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de
equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos
19 dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma
simplicidade a um tempo ridícula e adorável.
22 É o homem permanentemente fatigado.
(...)
Entretanto, toda esta aparência de cansaço ilude.
Nada é mais surpreendedor do que vê-la desaparecer de
25 improviso. Naquela organização combatida operam-se, em segundos,
transmutações completas. Basta o aparecimento de qualquer incidente
exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem
28 transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas
na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros
possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte; e corrigem-se-
31 lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do
relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu
canhestro, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titã
34 acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e
agilidade extraordinárias.

Idem, ibidem, p. 81.

QUESTÃO 5

Assinale a opção condizente com a visão do sertanejo apresentada no texto LP-II.

- (A) Apesar de ser forte e sociável, é um indivíduo muito desleixado, porque é pobre e feio.
- (B) É um homem simples e risonho, mas com atitudes emocionais instáveis.
- (C) Na aparência é um matuto, mas, em essência, é um gigante.
- (D) É impulsivo e agitado nos momentos em que necessita tomar uma decisão.
- (E) É um homem surpreendente, porque age e faz mágicas de improviso, transformando-se em outra pessoa.

QUESTÃO 6

Para descrever a aparência física do homem do sertão, o autor emprega vários adjetivos. Entretanto, no texto LP-II, **não** há ocorrência dessa classe de palavra no trecho

- (A) “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.
- (B) “A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário”.
- (C) “Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas”.
- (D) “É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos”.
- (E) “O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados”.

QUESTÃO 7

Considerando o texto LP-II, julgue os itens a seguir.

- I - Em “Agrava-o a postura normalmente abatida” (l.9), o pronome “o” refere-se a “O andar” (l.7).
- II - Em “displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente” (l.10-11), o pronome “lhe” refere-se a “sertanejo” (l.1).
- III - Na passagem “A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente” (l.11), o sujeito está subentendido.
- IV - O trecho “na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo” (l.14-16) apresenta mais de cinco orações, coordenadas entre si.
- V - Na linha 17, a oração intercalada que está entre travessões pode ser suprimida do texto, sem prejuízo para o entendimento da ação.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

QUESTÃO 8

Assinale a opção em que a mudança efetuada na sintaxe e na pontuação do fragmento do último parágrafo do texto LP-II mantém o sentido da mensagem original.

- (A) Linhas 28 e 29: **O sertão se empertiga estadeando novos relevos e novas linhas na estatura e no relevo.**
- (B) Linhas de 29 a 31: **sobre os ombros possantes, a cabeça; firma-se forte, aclarada pelo olhar desassombrado e alto.**
- (C) Linhas 31 e 32: **todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos corrigem-se-lhe prestes, em uma descarga nervosa instantânea.**
- (D) Linhas de 32 a 34: **da figura do tabaréu vulgar e canhestro, reponta inesperadamente, o aspecto dominador de um titã.**
- (E) Linhas 34 e 35: **acobreado e potente surge, em um desdobramento surpreendente o sertanejo de força e agilidade extraordinária.**

QUESTÃO 9

Com referência à redação de correspondência oficial, assinale a opção que apresenta exemplo de fechamento aplicável a um atestado.

- (A) Expressando protestos de elevada estima e distinta consideração, subscrevo-me.
- (B) Nesses termos, pede-se e espera-se deferimento. Brasília, 6 de agosto de 2000.
- (C) Atenciosamente, Fulano de Tal. Brasília, 6 de agosto de 2000.
- (D) É o que foi constatado na visita de inspeção feita a esta sessão.
- (E) Responsabilizo-me, para todos os efeitos, pela verdade desta afirmação, até a presente data.

QUESTÃO 10

Julgue se os itens a seguir ilustram corretamente um memorando, quanto à distribuição das partes, à correção da linguagem e à forma de tratamento.

I -

MEMO N.º 7/2000
Brasília, 6 de agosto de 2000.

Senhor Chefe do Almoarifado Central

Favor me enviar 5 cartuchos para impressora a jato de tinta colorida.
Nesses termos, peço deferimento.

André Beltrão
Diretor financeiro

IV -

MEMO N.º 7/2000 Brasília, 6/8/2000.

Ao Sr. Chefe do Almoarifado Central
Assunto: Instalação de equipamentos

Prezado Chefe,

Estou necessitando, urgentemente, de 1 cartucho para impressora a jato de tinta colorida.
Favor enviar 5 de uma só vez.

Valho-me do ensejo para desejar-lhe feliz aniversário.

André Beltrão
Diretor financeiro

II -

MEMO CIRC. N.º 7/2000 Brasília, 6/8/2000.

De: Diretoria Financeira
Para: Almoarifado Central

Prezado Armando,

Preciso urgentemente de 5 cartuchos para impressora a jato de tinta colorida.

Espero contar com sua valiosa colaboração.

André Beltrão
Diretor financeiro

V -

MEMO N.º 7/2000 Brasília, 6 de agosto de 2000.

Da: Diretoria Financeira
Para: Almoarifado Central
Assunto: Solicitação de material

Senhor Chefe,

Solicitamos, urgentemente, 5 cartuchos para impressora a jato de tinta colorida.

Atenciosamente,

André Beltrão
Diretor financeiro

III -

Brasília, 6 de agosto de 2000. MEMO N.º 7/2000

Da: Diretoria Financeira
Para: Almoarifado Central
Assunto: urgência

Senhor Chefe

Preciso, por favor, urgentemente de 5 cartuchos para minha impressora a jato de tinta colorida.

Espero contar com sua valiosa colaboração.

André Beltrão
Diretor financeiro

A quantidade de itens certos é igual a

(A) 1.

(D) 4.

(B) 2.

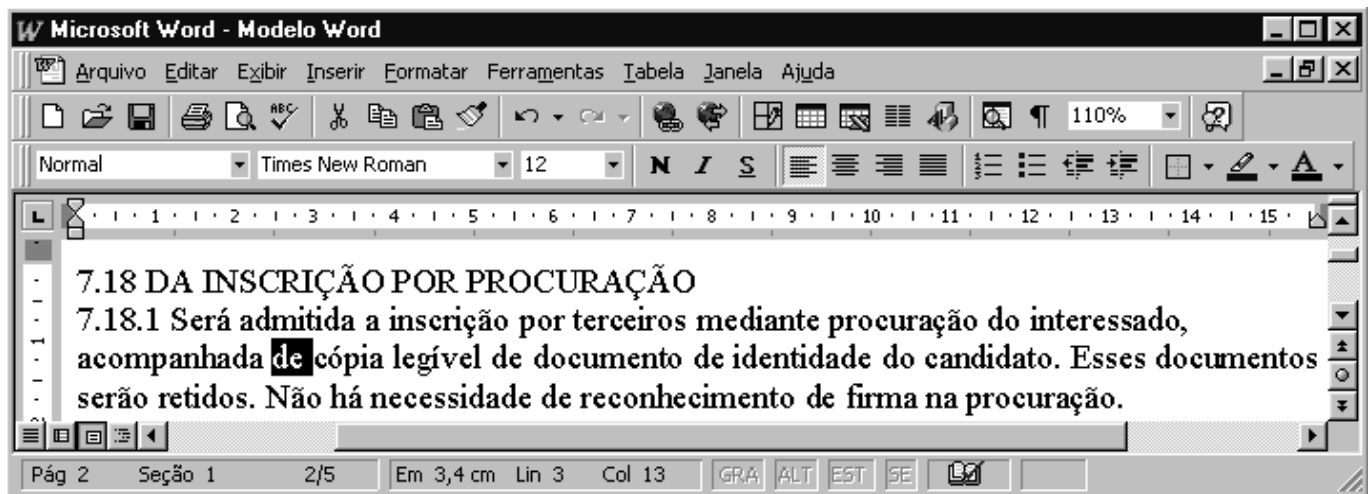
(E) 5.

(C) 3.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA



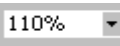
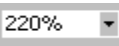


Nas questões de 11 a 15, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção em relação aos programas, arquivos e diretórios utilizados.

Figura NI-I – questões de 11 a 13








QUESTÃO 11

Com relação à figura NI-I e ao Word 97, assinale a opção correta.

- (A) Com a função Caps Lock desativada, para digitar a palavra “INSCRIÇÃO” em letras maiúsculas, é correto adotar o seguinte procedimento: pressionar simultaneamente as teclas  e , correspondendo à primeira letra da palavra; em seguida, digitar as demais letras da palavra.
- (B) O ato de selecionar a palavra “firma” e alterar o número  para  fará que essa palavra seja exibida na tela de trabalho com tamanho duas vezes maior que as demais palavras.
- (C) Se o ponto de inserção, ou cursor, estiver posicionado imediatamente à direita da palavra “PROCURAÇÃO”, o ato de pressionar a tecla  fará que o ponto de inserção seja movido para a próxima página do documento.
- (D) Para selecionar o trecho “admitida a inscrição por terceiros mediante procuração”, é suficiente adotar o seguinte procedimento: posicionar o ponteiro do *mouse* à esquerda da palavra “admitida”; aplicar um clique simples; posicionar o ponteiro do *mouse* à direita da palavra “procuração”; aplicar outro clique simples.
- (E) O ato de selecionar a palavra “mediante” e clicar em  fará que essa palavra seja copiada para a área de transferência.

QUESTÃO 12

Julgue os itens a seguir, a respeito da figura NI-I e do Word 97.











- I - O ato de clicar entre as letras “i” e “a” da palavra “mediante” e, em seguida, clicar em  fará que todo o parágrafo em que se encontra a referida palavra seja selecionado.
- II - Quando um arquivo do Word 97 contém um texto com mais de um idioma, é correto atribuir o idioma desejado a um trecho de texto, selecionando esse trecho e, em seguida, clicando em , o que abrirá uma lista de idiomas que permitirá ao usuário escolher o idioma desejado.
- III - O botão  pode ser usado em uma ação, ou seqüência de ações, que permite salvar o arquivo ativo.
- IV - Para digitar uma letra com acento, é correto adotar o seguinte procedimento: pressionar primeiramente a tecla correspondente à letra a ser acentuada e, em seguida, pressionar simultaneamente a tecla  e a tecla que contém o acento desejado.
- V - O botão  permite criar um documento novo, em branco.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

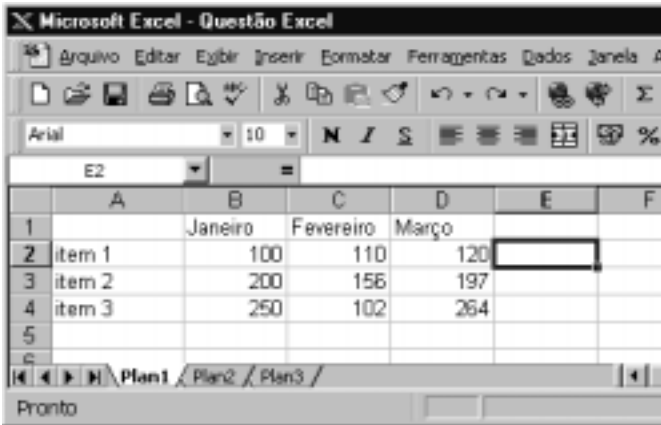
QUESTÃO 13

Julgue os itens seguintes, a respeito da figura NI-I e do Word 97.

- I - A função do botão  é permitir abrir um arquivo.
 II - O ato de clicar logo após a palavra “PROCURAÇÃO” e pressionar as teclas , , , ,  e , nessa ordem, fará que apareça a palavra “CASA” logo após a palavra “PROCURAÇÃO”, pois a letra “L” será apagada devido à digitação da tecla .
 III - O menu Arquivo contém a opção Imprimir..., que pode ser usada para imprimir o arquivo ativo.
 IV - Para sair do Word, salvando o trabalho realizado, é suficiente digitar a tecla .
 V - O botão  permite exibir na tela caracteres não-imprimíveis, como, por exemplo, marcas de parágrafo.








Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (C) II e III. (E) IV e V.
 (B) I e IV. (D) III e V.

QUESTÃO 14



	A	B	C	D	E	F
1		Janeiro	Fevereiro	Março		
2	item 1	100	110	120		
3	item 2	200	156	197		
4	item 3	250	102	264		
5						

Com relação à figura acima, que mostra parte de uma tela de trabalho do Excel 97, assinale a opção correta.

- (A) Para centralizar a palavra contida na célula B1, é correto adotar o seguinte procedimento: clicar na célula B1 e pressionar simultaneamente as teclas  e .
 (B) Para multiplicar os conteúdos das células D2, D3 e D4 por 10, é correto adotar o seguinte procedimento: selecionar essas células e clicar em .
 (C) As ações de clicar na célula E2, digitar =B2+C2+D2/3 e teclar  farão aparecer o número 250 na célula E2.
 (D) Para calcular a média aritmética dos dados que aparecem nas células B4, C4 e D4, colocando o resultado na célula E4, é correto adotar o seguinte procedimento: clicar na célula E4; clicar em ; pressionar a tecla .
 (E) O ato de clicar na célula D3 e clicar em  fará que o número 197 seja movido da célula D3 para a célula E3.

QUESTÃO 15

Julgue os itens abaixo, a respeito de tópicos relacionados à Internet.

- I - No Internet Explorer 5, um clique simples no botão  fará que seja exibida uma página da Web que contém as últimas notícias do mundo.
 II - A seguinte seqüência de caracteres representa um exemplo correto de estrutura de um URL: gov.bra\:\httppt.nome.www.
 III - O símbolo @ é utilizado em endereços de correio eletrônico.
 IV - O Internet Explorer 5 permite o envio e o recebimento de mensagens de correio eletrônico, mas não permite a visualização de páginas da Web.
 V - As páginas da Web, desenvolvidas na linguagem HTML, podem conter textos e ponteiros para outras páginas. Entretanto, nenhuma página da Web pode conter elementos gráficos, tais como figuras.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF

Para responder às questões de 16 a 18, considere exclusivamente o disposto na Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT – Lei n.º 8.185, de 14 de maio de 1991), com as alterações introduzidas pelas leis posteriores, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dela com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 16

Acerca da composição e da competência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), assinale a opção correta.

- (A) Considere a seguinte situação hipotética:
 Durante o período de funcionamento normal do TJDFT, Marcos interpôs apelação contra sentença que lhe fora desfavorável em uma ação de despejo. Logo após a distribuição do recurso na Corte, mas, antes de os autos serem remetidos ao desembargador relator, surgiu situação que impôs ao apelante requerer, por meio de seu advogado, determinada medida judicial urgente no âmbito daquele processo.
 Nessa situação, a competência para apreciar o requerimento da medida urgente será do relator.
 (B) Os mandatos do presidente, do vice-presidente e do corregedor do TJDFT são de três anos.
 (C) No recesso forense, o Conselho da Magistratura exercerá apenas as funções administrativas que o Regimento Interno do Tribunal lhe atribuir.
 (D) O presidente, o vice-presidente e o corregedor do TJDFT podem ser reeleitos para os mesmos cargos, respectivamente, uma única vez.
 (E) Se um juiz de direito do Distrito Federal (DF) praticar crime, a ação penal que vier a ser movida pelo MPDF deverá, como regra geral, ser julgada em sessão pública, salvo se circunstâncias do caso concreto recomendarem o contrário.

QUESTÃO 17

Em relação à organização judiciária do DF, julgue os itens seguintes.

- I - A Circunscrição Especial Judiciária de Brasília compreende apenas as áreas de Brasília e do Cruzeiro.
- II - Se servidor de uma vara praticar infração disciplinar apenada com até trinta dias de suspensão, o próprio juiz de direito terá competência para aplicar-lhe a punição.
- III - As varas do tribunal do júri têm competência para processar as ações penais que devam ser julgadas pelo júri, mesmo na fase anterior à realização da sessão de julgamento.
- IV - Compete ao juiz de direito de cada vara do DF nomear o respectivo diretor de secretaria.
- V - Se um indivíduo for simultaneamente acusado, na mesma ação penal, por homicídio doloso em conexão com tráfico ilícito de entorpecentes, deverá ser julgado em vara do tribunal do júri por ambos os crimes.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 18

Acerca da organização do primeiro grau de jurisdição no DF, julgue os seguintes itens.

- I - Todas as contravenções penais devem ser julgadas nas varas de entorpecentes e contravenções penais.

- II - Considere a seguinte situação hipotética:

Um cidadão ajuizou uma ação que denominou de ação ordinária, a qual foi distribuída a uma das varas cíveis do DF. No curso do processo, o DF interveio e manifestou seu interesse no feito como litisconsorte passivo, expondo as respectivas razões. O juiz de direito, após solicitar parecer do ministério público, concordou com a admissão do DF na relação processual.

Nessa situação, deveria o juiz de direito determinar a remessa da ação a uma das varas da fazenda pública.

- III - Nem todo homicídio deve ser julgado pelo tribunal do júri.

- IV - Considere a seguinte situação hipotética:

Um cidadão ajuizou uma ação de execução, que tramitava em uma vara cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, e nela obteve a decretação da penhora de um imóvel. O bem, no entanto, pertencia ao DF, sem que isso tivesse despertado a atenção do juiz e das partes. Assim que tomou conhecimento da penhora, o DF ajuizou embargos de terceiro.

Nessa situação, os embargos deverão ser distribuídos a uma vara da fazenda pública e julgados pelo respectivo juiz.

- V - Todo e qualquer processo, de jurisdição contenciosa ou voluntária, que diga respeito ao interesse de criança ou adolescente deverá ser julgado pela vara da infância e da juventude.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e IV. (C) II e III. (E) II, III, IV e V.
 (B) I e V. (D) II, III e IV.

Para responder às questões de 19 a 22, considere exclusivamente o disposto no Regimento Interno do TJDF (RITJDF), pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dele com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 19

Relativamente à composição e às sessões do TJDF, assinale a opção correta.

- (A) Além dos órgãos previstos no RITJDF como componentes do Tribunal, há, externamente a ele, órgão denominado Conselho da Magistratura, com função apenas correicional sobre os juizes do DF.
- (B) Apesar de as sessões terem horário regimentalmente previsto para início e término, poderão estender-se sempre que necessário à conclusão do julgamento de um determinado processo, bem como se a maioria dos desembargadores presentes assim deliberar.
- (C) O TJDF compõe-se de quatro câmaras especializadas, sendo duas cíveis e duas criminais, e sete turmas, sendo cinco cíveis e duas criminais.
- (D) Nas sessões de julgamento, os juizes de direito convocados sentar-se-ão nos lugares destinados aos desembargadores que estiverem substituindo.
- (E) Se, em sessão de julgamento, um advogado, na tribuna, comportar-se de modo desrespeitoso ou inadequado, caberá ao relator do processo cujo julgamento se estiver processando cassar a palavra daquele.

QUESTÃO 20

Com referência ao processo da ação direta de inconstitucionalidade (ADIn) no TJDF, julgue os itens que se seguem.

- I - Se o Procurador-Geral de Justiça ajuizar ADIn e, no curso do processo, constatar que a norma atacada na verdade não padece de nenhum vício de inconstitucionalidade, ainda assim não poderá desistir da ação.
- II - Se uma parte legitimada a ajuizar ADIn protocolizar petição confusa e ininteligível, caracterizando, com isso, a inépcia da inicial, o relator a quem ela for distribuída poderá, individualmente, indeferir-lhe em caráter liminar, não precisando levar o processo a julgamento no órgão colegiado.
- III - No processo da ADIn, não cabe a intervenção de terceiro, ainda que tenha interesse no desfecho do julgamento; não obstante, o relator, observados certos requisitos, poderá admitir que outros órgãos ou entidades se manifestem no processo.
- IV - Apesar de a ADIn não tratar de interesses jurídicos concretos, é possível a designação de peritos e a realização de audiência para instrução do processo.
- V - É possível a concessão de medida cautelar na ADIn, a qual necessariamente dependerá da manifestação prévia do órgão de que emanou o ato atacado e terá eficácia não-retroativa (*ex nunc*).

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 21

Quanto à ação penal originária, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Se o ministério público, representado pelo Procurador-Geral de Justiça, receber os autos de inquérito ou representação e houver necessidade de diligências, ainda assim poderá, dependendo do caso, desde logo, oferecer denúncia.
- Ⓑ Se o relator constatar, no curso da ação penal, que se consumou a extinção da punibilidade pela prescrição, deverá abrir vista dos autos ao ministério público e declará-la, ainda que o interessado não formule requerimento com essa finalidade.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:
Carlos ajuizou queixa contra Pedro por crime contra a honra, em processo de competência originária do TJDF. O relator, antes de receber a queixa, determinou a intimação do querelante e do querelado, com a finalidade de conciliá-los. À sessão de conciliação, não compareceu o querelante, mas somente o querelado.
Nessa situação, o relator não deverá determinar o arquivamento da queixa, mas o prosseguimento do feito, considerando que a ausência de uma das partes prejudica a tentativa de conciliação.
- Ⓓ No processo penal de competência do Tribunal, o relator poderá delegar a realização de atos instrutórios a juiz de direito.
- Ⓔ Se o Procurador-Geral de Justiça receber os autos de inquérito ou representação e requerer-lhes o arquivamento, o Tribunal poderá discordar dessa providência, caso entenda que a hipótese seja de oferecimento de denúncia; nesse caso, deverá remeter os autos ao Procurador-Geral da República para que os reexamine e adote as medidas adequadas.

QUESTÃO 22

A respeito dos recursos contra decisões proferidas pelo TJDF, julgue os itens abaixo.

- I - Decisões monocráticas de relator concessivas de liminar não comportam agravo regimental.
- II - O agravo regimental permite juízo de retratação por parte do relator, isto é, autoriza que ele reconsidere a decisão agravada.
- III - Os prazos de interposição de embargos de declaração são diversos no processo civil e no processo penal, mas ambos permitem a imposição de multa, se o Tribunal declarar-lhes o intuito procrastinatório.
- IV - Os embargos infringentes são cabíveis em qualquer processo, quando não-unânime o acórdão que o julgar.
- V - Apesar do princípio da igualdade, o ministério público não pode interpor embargos infringentes ou de nulidade, no processo penal, com a finalidade de agravar a situação do réu.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

Para responder às questões de 23 a 25, considere exclusivamente o disposto no Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, pondo de parte possíveis e eventuais incompatibilidades dele com quaisquer outras normas, de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 23

Em relação às atribuições dos juizes, aos juzizados especiais e aos oficiais de justiça-avaliadores, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:
O MPDFT ofereceu denúncia contra um indivíduo pelo crime de furto e, no curso do processo, aditou a denúncia para definir o crime como roubo. O juiz recebeu o aditamento da denúncia e determinou as providências necessárias ao prosseguimento do feito.
Nessa situação, o juiz deverá também comunicar a alteração da definição legal do delito, para que seja registrada pelos órgãos competentes.
- Ⓑ Em todos os casos, se bens levados ao depósito público ali passarem mais de doze meses, serão leiloados, após intimadas as partes.
- Ⓒ Medidas constritivas oriundas de juízos de outros estados não podem ser cumpridas no DF.
- Ⓓ O juiz de direito pode aplicar determinadas sanções de menor gravidade aos funcionários que lhe são subordinados, mediante apuração sumária e verbal.
- Ⓔ Compete ao juiz de direito indicar ao diretor de secretaria o estabelecimento bancário onde se deverão realizar os depósitos do juízo; para tanto, o critério primordial deverá ser a proximidade do banco em relação à sede da vara, a fim de facilitar aquela providência para as partes interessadas.

QUESTÃO 24

Acerca dos diretores de secretaria, julgue os itens seguintes.

- I - Compete ao diretor de secretaria remeter mensalmente a frequência dos servidores e do juiz de direito ao TJDF.
- II - Se a parte em um processo interpuser recurso de modo intempestivo, compete ao diretor de secretaria apenas alertar verbalmente o juiz quanto a essa circunstância, a fim de que ele, no processo, adote as providências adequadas.
- III - No caso de testemunha intimada a comparecer ao juízo para prestar depoimento, não cabe à vara fornecer-lhe nenhum documento para justificar a ausência ao trabalho, pois o mandado de intimação que ela houver recebido já possui também essa destinação.
- IV - Deve o diretor de secretaria dar preferência à comunicação dos atos processuais pela via postal, devendo valer-se dos oficiais de justiça, em princípio, apenas quando a lei assim o exigir.
- V - Em face do Provimento Geral, é juridicamente admissível que o diretor de secretaria se encarregue de abrir cartas destinadas ao juiz de direito.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II. Ⓒ II e IV. Ⓔ IV e V.
Ⓑ I e III. Ⓓ III e V.

QUESTÃO 25

No que tange aos ofícios judiciais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se a cidade de Brazlândia – DF comemorar seu aniversário em uma determinada data, nesse dia não haverá expediente forense na respectiva circunscrição judiciária.
- Ⓑ Se um juiz determinar o desentranhamento de folhas de autos de um processo, não será necessária a renumeração deles, mas o desentranhamento deverá ser certificado no processo.
- Ⓒ Sempre que um advogado solicitar autos para exame, a secretaria deverá reter-lhe o respectivo documento de identidade até a devolução daqueles.
- Ⓓ Em nenhuma hipótese será admissível a entrega de autos a estagiário de escritório de advocacia.
- Ⓔ As certidões e os ofícios deverão ser necessariamente assinados pelo juiz que os mandar expedir.

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

João foi demitido da empresa em que trabalhava sem ser por justa causa. Ele tinha esse emprego há 15 anos e, durante esse período, acumulou um saldo de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de R\$ 15.000,00, não tendo feito nenhuma utilização anterior desse fundo. Esse valor só não inclui as parcelas correspondentes ao mês anterior e ao mês em que ocorreu a demissão. Ele foi dispensado do cumprimento do aviso prévio de 30 dias, desligando-se da empresa no dia seguinte à dispensa. A empresa tem um programa de desligamento incentivado, que implica o pagamento, às pessoas demitidas, de prêmio-desligamento que corresponde a 50% de um salário mensal atual, para cada ano trabalhado, desconsiderando-se as frações. Considere que João não possuía férias vencidas ou a vencer, que o seu salário mensal era de R\$ 1.000,00 e que ele teria direito às seguintes vantagens no desligamento:

- I - 15 dias de salário;
- II - 13.º salário proporcional a seis meses;
- III - prêmio-desligamento;
- IV - multa de 40% do FGTS;
- V - aviso-prévio;
- VI - FGTS (8%), pago em dinheiro, calculado sobre os valores da rescisão – itens I e II – e sobre o salário do mês anterior.

Nessas condições, o valor total do crédito referente aos seis itens citados, antes de todas as deduções cabíveis, seria

- (A) inferior a R\$ 13.200,00.
- (B) superior a R\$ 13.200,00 e inferior a R\$ 13.600,00.
- (C) superior a R\$ 13.600,00 e inferior a R\$ 15.000,00.
- (D) superior a R\$ 15.000,00 e inferior a R\$ 15.600,00.
- (E) superior a R\$ 15.600,00.

QUESTÃO 27

Uma empresa detém um conjunto de duplicatas cujos valores e vencimentos estão descritos na tabela ao lado.

duplicata	valor (em reais)	vencimento
1	1.000,00	30/7/2000
2	2.000,00	30/6/2000
3	1.500,00	30/6/2000
4	2.500,00	30/7/2000
5	3.000,00	30/6/2000
total	10.000,00	

O desconto desse conjunto de duplicatas, em 31/5/2000, à taxa de desconto de 5% ao mês, utilizando capitalização simples, produz, no momento do desconto, um fluxo líquido de caixa para a empresa

- (A) inferior a R\$ 9.000,00.
- (B) superior a R\$ 9.000,00 e inferior a R\$ 9.300,00.
- (C) superior a R\$ 9.300,00 e inferior a R\$ 9.500,00.
- (D) superior a R\$ 9.500,00 e inferior a R\$ 9.700,00.
- (E) superior a R\$ 9.700,00.

QUESTÃO 28

Uma empresa realizou, de janeiro a abril de 1999, as compras e vendas de uma certa mercadoria, conforme mostra a planilha ao lado.

data	histórico	quantidade			saldo (custo em reais)
		compras	vendas	saldo	
1/1/99	saldo inicial			11.000	13.200,00
10/1/99	compra	5.000		16.000	19.200,00
20/1/99	venda		10.000	6.000	7.200,00
10/2/99	compra	12.000		18.000	21.600,00
20/2/99	venda		12.000	6.000	7.200,00
10/3/99	compra	20.000		26.000	31.200,00
20/3/99	venda		15.000	11.000	13.200,00
12/4/99	compra	30.000		41.000	49.200,00
30/4/99	venda		35.000	6.000	7.200,00

Com base nessas informações, no período considerado, o custo médio ponderado unitário da mercadoria em apreço e o prazo médio de renovação de estoque ao final do período são, respectivamente, de

- (A) R\$ 1,10 e 6 dias.
- (B) R\$ 1,10 e 8 dias.
- (C) R\$ 1,20 e 8 dias.
- (D) R\$ 1,20 e 10 dias.
- (E) R\$ 1,20 e 12 dias.

RASCUNHO

QUESTÃO 29

Considere a seguinte situação hipotética:

Josefina tem 39 anos de idade e trabalha em uma empresa há quinze anos. É formada em Letras por uma universidade de renome. Tem personalidade forte, é muito dedicada ao seu trabalho e, em seu registro de faltas, constam apenas quatro. Antes de ingressar na empresa, Josefina residiu durante dois anos na Inglaterra e, por isso, tem ótima fluência em inglês. Josefina fez boa carreira na empresa, ingressando como datilógrafa e tendo recentemente sido promovida para secretária executiva. Ela está tendo dificuldade em relacionar-se com as demais secretárias do seu setor, por causa do seu gênio difícil. O diretor a quem Josefina se reporta pediu a sua transferência para outro setor, única e exclusivamente por esse motivo, uma vez que o seu desempenho é ótimo. Josefina não está contente com essa situação, mas, por se identificar com a empresa, não gostaria de deixar esse emprego. Em uma entrevista com o gerente de recursos humanos, ela disse que somente aceitaria uma transferência se esta não implicasse mudança de cargo e se o novo trabalho fosse desafiante. Josefina recebe um salário mensal de R\$ 1.600,00, mas foi-lhe assegurado para o próximo mês um reajuste de R\$ 100,00, em função de sua última avaliação. A única vaga de secretária atualmente não-preenchida na empresa é do setor de *marketing*. Para essa posição, exige-se boa fluência em inglês, disciplina, organização, habilidades para controlar agenda, recepcionar e encaminhar visitas, atender telefonemas, além de maturidade, iniciativa, criatividade, discernimento e responsabilidade, uma vez que o diretor de *marketing* viaja muito e precisa atuar com muita objetividade, pois seu tempo de permanência na empresa é exíguo.

Diante dessa situação hipotética, a decisão acertada do setor de recursos humanos, com relação a Josefina, seria

- (A) recomendar o seu aproveitamento no setor de *marketing*.
- (B) dispensá-la.
- (C) recomendar que ela entre em gozo de férias e adiar a resolução do seu problema funcional para quando ela retornar à atividade.
- (D) deixá-la sem atividade, até que ela decida pedir demissão.
- (E) transferi-la para o setor de *marketing*, sem incorporar o aumento salarial de R\$ 100,00, uma vez que o problema gerado foi consequência de ela possuir “gênio difícil”.

QUESTÃO 30

O instrumento resultante da etapa de avaliação dos documentos de um arquivo, cuja finalidade é estabelecer os prazos de guarda e a destinação desses documentos, é denominado

- (A) tabela periódica.
- (B) plano de classificação.
- (C) tabela de equivalência.
- (D) plano de gestão de documentos.
- (E) tabela de temporalidade.

QUESTÃO 31

Todo dia alguém reclama da qualidade dos nossos políticos e da incompetência dos nossos governantes. Respondo, invariavelmente, que cada povo tem o governo que merece. Afinal, não incentivamos os jovens a serem políticos, não ajudamos os mais competentes a se elegerem, nem sequer sabemos onde fica a sede do partido político em que votamos, não identificamos quem poderia ser um bom político no futuro.

Nenhum país consegue tornar-se uma nação séria e respeitada se a carreira de político não atrair seus melhores cidadãos. Desde Platão já havia essa constatação.

Stephen Kanitz. *Como melhorar o Congresso*.
In: *Veja*, 5/7/2000, p. 22 (com adaptações).

O texto acima aborda temas relacionados ao exercício dos direitos políticos no Brasil. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- I - Abstraindo-se os requisitos específicos definidos para determinados cargos, para concorrer a um cargo eletivo é indispensável que o candidato seja brasileiro – nato ou naturalizado –, esteja filiado a um partido político e tenha, no mínimo, dezoito anos de idade.
- II - Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos de idade, os estrangeiros e os analfabetos podem alistar-se como eleitores, mas não são elegíveis.
- III - Um parlamentar que pratique atos de improbidade administrativa pode vir a ter os seus direitos políticos cassados, estando, a partir de então, proscrito da vida pública até que seja julgado reabilitado por meio de sentença judicial.
- IV - Um governador de estado que tenha renunciado ao respectivo mandato não poderá concorrer àquele mesmo cargo no pleito subsequente.
- V - Nas democracias modernas, entre as quais a brasileira, cujos contornos são definidos pela cognominada Constituição Cidadã, de 1988, não é concebível o exercício direto da soberania popular, de modo que a manifestação de vontade da população é efetivada estritamente por meio dos seus representantes, eleitos pelo voto direto e secreto.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta acerca dos direitos sociais consagrados na Constituição da República.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

Após dois anos de vigência do contrato de trabalho, Joana foi demitida sem justa causa, em 1999, por resistir ao assédio do seu patrão. Avisada da rescisão contratual, Joana procurou o proprietário da empresa a fim de saber as razões que levaram ao ato demissório, vindo a ser informada, à ocasião, que o motivo explícito era simplesmente que ele não tolerava a sua voz.

Nessa situação, Joana teria direito a ser reintegrada no emprego, por meio de decisão judicial, haja vista a Constituição proteger o trabalhador contra a despedida arbitrária, consagrando, como corolário, a estabilidade no emprego.

Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética:

Em face da edição da norma que veio conceder aos trabalhadores domésticos a inclusão facultativa no FGTS, os integrantes da referida categoria no DF deliberaram, em assembléia, pela deflagração de greve, objetivando, assim, fazer que os empregadores lhes concedessem aquele benefício.

Nessa situação, a paralisação seria ilegal, haja vista a Constituição não garantir o direito de greve aos trabalhadores domésticos, e em razão de não ser adequado defender o interesse em questão por meio de movimento paredista.

Ⓒ Não contrariam a Constituição as contratações de uma mulher, de vinte e um anos de idade, para trabalhar como empregada em mina de carvão, e de um menor, de quinze anos de idade, para trabalhar como aprendiz em uma fábrica de componentes eletrônicos.

Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:

Contratado como vendedor comissionista por uma agência de veículos importados, a remuneração de Jonas, que era restrita às comissões, ultrapassou a dez mil reais, em média, nos dois primeiros meses de trabalho. Nos dois meses subsequentes, em razão da crise cambial, Jonas não conseguiu fazer uma venda sequer, razão pela qual pediu demissão.

Nessa situação, o empregador haveria de pagar a Jonas pelo menos o salário mínimo, nos meses em que ele não tivesse comissões a receber. Ademais, Jonas teria direito a receber o seguro-desemprego.

Ⓔ Seria inconstitucional a lei que, tentando desestimular a realização de serviço extraordinário pelos trabalhadores e com isso aumentar o número de empregados contratados, fixasse o adicional de horas extras em 100% do valor da hora normal, para o setor industrial.

QUESTÃO 33

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição da República, assinale a opção correta.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

Tendo ocorrido uma explosão em um depósito de fogos de artifício, o corpo de bombeiros necessitou posicionar-se em um dos prédios vizinhos para combater o incêndio, tendo sido necessário, inclusive, destruir uma parede do referido edifício.

Nessa situação, não seria necessária a obtenção de prévia autorização judicial para efeito de uso da propriedade particular. Ademais, considerando a situação de iminente perigo público e o estado de necessidade evidente, o proprietário não teria direito a indenização ulterior pelos danos causados a sua propriedade.

Ⓑ Sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de um direito constitucionalmente garantido, o cidadão poderá valer-se de mandado de segurança para obter do Poder Judiciário a integração normativa e a conseqüente implementação daquele direito.

Ⓒ É inconcebível a concessão de liberdade provisória ao autor de delito, detido em flagrante, quando da prática de crime inafiançável.

Ⓓ Considerando que os membros de uma família retirem sua subsistência da produção de artesanato, levada a efeito em uma pequena propriedade urbana, ainda assim não haveria óbice de natureza constitucional a que o referido imóvel fosse objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes da atividade produtiva.

Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética:

Alarmado com a quantidade de substâncias entorpecentes que era apreendida com os presidiários, o diretor de um estabelecimento prisional conduziu investigação em que se constatou que a quase totalidade das drogas era trazida para dentro do presídio por ocasião das visitas íntimas, acondicionadas em preservativos e ocultas nas genitálias das mulheres dos presos.

Nessa situação, a direção do presídio poderia, de ofício, ordenar a realização de exame médico-ginecológico, quando suspeitasse que alguma mulher estivesse trazendo drogas para o presídio.

QUESTÃO 34

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Poder Judiciário.

I - Sabendo que, recentemente, foi editada a Lei n.º 9.967, de 10/5/2000, por meio da qual foi ampliado para vinte e sete o número de juízes do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, é correto, então, concluir que aquela Corte não poderá ter na sua composição mais de três integrantes escolhidos entre membros do ministério público.

II - Considerando que a primeira Constituição brasileira, promulgada em 1824, dispunha, acerca dos juízes: “Art. 154. O Imperador poderá suspendê-los por queixas contra eles feitas, procedendo audiência dos mesmos Juízes, informação necessária, e ouvido o Conselho de Estado (...)”, é correto afirmar que, presentemente, essa atribuição é privativa do próprio Poder Judiciário, exercida pelo Conselho Nacional da Magistratura.

III - Um juiz aposentado em decorrência de invalidez permanente não perceberá, necessariamente, proventos equivalentes à remuneração que percebia em atividade.

IV - Considere a seguinte situação hipotética:

Em um tribunal composto por quinze juízes, uma de suas turmas, integrada por três daqueles julgadores, colocou em julgamento processo em que fora argüida a inconstitucionalidade da lei que elevava a alíquota de determinado tributo.

Nessa situação, competiria à própria turma declarar a inconstitucionalidade da lei, cabendo recurso de ofício para a instância superior.

V - Considere a seguinte situação hipotética:

Em extenso arrazoado, o promotor de justiça requereu ao juiz de uma comarca a decretação da prisão preventiva de um cidadão cujos crimes eram de conhecimento notório na comunidade. O juiz decidiu nos seguintes termos: “Defiro. Expeça-se alvará de prisão. Cumpra-se.”

Nessa situação, a decisão judicial seria válida, já que os motivos que teriam levado à decretação da prisão constariam dos autos.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 35

Com relação ao Poder Judiciário, assinale a opção **incorreta**.

Ⓐ Compete privativamente ao TJDF, e não ao órgão legislativo com competência para legislar sobre direito processual, elaborar o seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos seus órgãos jurisdicionais e administrativos.

Ⓑ Considerando que dispunha a Constituição de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17/10/69: “A lei poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça: (...) c) justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamento” (art. 144, § 1.º), então é correto concluir que a Constituição vigente ampliou as atribuições da justiça de paz, outorgando-lhe função conciliatória, embora sem caráter jurisdicional.

Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:

Sobreveio o trânsito em julgado de sentença, confirmada pelas instâncias superiores, que julgou procedente pedido de natureza alimentícia formulado contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O autor requereu, então, a expedição de precatório, tendo sido incluído o crédito respectivo no orçamento do ente público.

Nessa situação, o pagamento respectivo não se submeteria à regra de observância da ordem cronológica de apresentação dos precatórios.

Ⓓ Caso uma sentença proferida em desfavor do DF viesse a transitar em julgado, em agosto do ano 2000, e fosse expedido o respectivo precatório no mês subsequente, então só seria possível a inclusão da verba necessária para o pagamento em questão no orçamento de 2002, efetivando-se o pagamento ao autor até o final daquele exercício financeiro (2002).

Ⓔ A Constituição prevê a criação de juzizados especiais, inclusive no âmbito da justiça federal, com competência para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade. Não há, contudo, autorização constitucional para que esses juzizados julguem infrações penais.

QUESTÃO 36

Acerca das regras para provimento e vacância de cargos públicos, julgue os itens que se seguem.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:
Estando próxima a data de sua aposentadoria, e querendo assegurar uma nova fonte de renda, Caio, técnico judiciário do TJDF, decidiu submeter-se a concurso público para investidura em cargo do quadro funcional de outro tribunal. Aprovado no certame, Caio não omitiu essa condição no momento de sua posse no novo cargo. Objetivando, outrossim, contornar a vedação de acumulação de cargos, demonstrou a compatibilidade dos horários de trabalho que realizaria nos dois órgãos e renunciou à remuneração do novo cargo até que se aposentasse pelo TJDF.
- Nessa situação, não haveria óbice legal à investidura de Caio no novo cargo.
- II - Na história política recente do Brasil, um presidente da República foi submetido a processo de *impeachment*, ao final do qual o Senado Federal impôs-lhe a suspensão dos seus direitos políticos por oito anos. Nesse período, então, o ex-presidente não poderia assumir o cargo de técnico judiciário do TJDF.
- III - Considere a seguinte situação hipotética:
O TJDF realizou concurso para provimento de cargos de técnico judiciário, com prazo de validade de dois anos. Antes de expirar esse prazo, porém, prorrogou-se a validade do certame por mais dois anos. Ocorreu, contudo, que, quando já se haviam passado três anos desde a consumação do concurso, menos de 10% dos concursados que eram nomeados interessavam-se em ser empossados. Constatou-se, então, que somente os menos qualificados ainda não haviam, àquela altura, sido investidos em outro cargo público ou logrado melhor colocação no mercado de trabalho.
- Nessa situação, havendo candidato aprovado no concurso anterior e o prazo de validade do certame não estando expirado, o TJDF não poderia abrir novo concurso para seleção de candidatos para o mesmo cargo.
- IV - Considerando que um técnico judiciário do TJDF, com estabilidade no cargo, viesse a ser aprovado em concurso público para analista judiciário do mesmo órgão e, subseqüentemente, fosse considerado inabilitado no respectivo estágio probatório, então teria direito a ser investido novamente no cargo anterior, cujo provimento se daria por ato de recondução.
- V - Dá-se, por meio de exoneração, a vacância de cargo efetivo, quando o servidor empossado não entra em exercício no prazo devido. Ademais, pode ser exonerado de cargo em comissão, a qualquer momento e a juízo da autoridade competente, o servidor que exerça tal cargo, mesmo há mais de dez anos.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 37

Julgue os itens a seguir, relativos aos direitos e às vantagens dos servidores públicos civis federais.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:
Mévio, servidor do TJDF, requereu a averbação de tempo de contribuição em seus assentos funcionais, para efeito de aposentadoria. Comprovou, então, ter contribuído para a seguridade nos seguintes períodos: nos cinco anos que exerceu atividade privada; nos quatro anos subseqüentes em que exerceu mandato de vereador – anteriormente à existência de vínculo efetivo com o serviço público; nos dois anos seguintes de serviço público efetivo prestado ao Município de Luziânia – GO; e nos três anos de serviço público efetivo no cargo de professor da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), concomitantes ao exercício do cargo exercido no TJDF.
- Nessa situação, seriam averbados apenas onze anos do tempo de contribuição apresentado por Mévio.
- II - Considere a seguinte situação hipotética:
Tício, servidor público federal, foi demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo em que respondeu à acusação de ter recebido propina de empresa vencedora de licitação, cuja comissão presidira. Passados mais de oito anos da publicação do ato demissório, Tício obteve prova inofismável de que não praticara a conduta delituosa.
- Nessa situação, mesmo diante de ilegalidade evidente, estaria prescrito o direito de Tício postular a reconsideração do ato de demissão.
- III - Caso um servidor do TJDF fosse cedido para exercer função de confiança na justiça federal, então a remuneração do cargo efetivo, devida ao servidor, seria ônus do TJDF.
- IV - Um servidor estável do quadro funcional do TJDF pode ser licenciado do serviço público por até seis anos, sem remuneração, para tratar de assuntos particulares.
- V - Se um técnico judiciário do TJDF viesse a ter dez faltas injustificadas nos primeiros doze meses de exercício do respectivo cargo, ainda assim teria direito aos trinta dias de férias relativos àqueles doze meses de trabalho.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 38

Ainda acerca de direitos e vantagens dos servidores públicos civis federais, assinale a opção correta.

- Ⓐ A gratificação natalina é devida a todos os servidores em exercício, indistintamente.
- Ⓑ A cada ano, o adicional de tempo de serviço devido aos servidores do TJDF é acrescido de 1% do valor do vencimento básico do cargo efetivo.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:
Em decorrência de erro no processamento da folha de pagamento do TJDF, foi pago a um grupo de servidores o dobro da remuneração que lhes era devida. O equívoco foi constatado, porém, somente alguns dias após a efetivação do crédito dos respectivos valores nas contas-correntes dos servidores.
- Nessa situação, a reposição ao erário seria feita em parcelas, cujo valor não excedesse a 25% da remuneração de cada servidor.
- Ⓓ Se um técnico judiciário do TJDF passasse a exercer função de confiança no ano 2000, então, após dez anos, a respectiva gratificação seria incorporada à sua remuneração, sob a rubrica de vantagem de caráter permanente, haja vista ser assegurada a irredutibilidade de vencimentos aos servidores públicos.
- Ⓔ Ante a prevalência do interesse público sobre o particular, as férias de servidor podem ser livremente interrompidas pela sua chefia imediata, exigindo-se, contudo, que o respectivo ato da autoridade seja fundamentado.

QUESTÃO 39

Julgue os itens a seguir, relativos à responsabilidade dos servidores públicos civis federais.

- I - Caso fosse tão-somente comissiva e culposa a conduta irregular de um servidor, então seria inconcebível a sua responsabilização civil em face de prejuízos causados ao erário ou a terceiros.
- II - Não há óbice legal a que, em decorrência de um só ato praticado no exercício irregular de suas atribuições, o servidor sofra tríplice sanção: de natureza administrativa – podendo até vir a ser demitido; de natureza penal – podendo até ser condenado a pena de reclusão; e de natureza civil – podendo ser condenado a reparar os danos patrimoniais decorrentes dos seus atos.
- III - A obrigação do servidor de reparar o dano causado ao erário é personalíssima, haja vista a sua natureza de sanção, não se estendendo, conseqüentemente, aos seus sucessores na hipótese de falecimento do obrigado, previamente à liquidação da obrigação.
- IV - Considere a seguinte situação hipotética:
Em razão de ato delituoso praticado no exercício de suas atribuições, Tibério foi demitido do cargo de técnico judiciário do TJDF, vindo a ser também processado criminalmente. Todavia, concluída a instrução criminal, Tibério foi absolvido por falta de prova suficiente da sua participação.
Nessa situação, a sanção de natureza administrativa subsistiria.
- V - Considerando que um servidor do TJDF tivesse sido condenado em decorrência de conduta dolosa, consistente na adulteração da folha de pagamento, então a indenização por ele devida ao erário seria, preferencialmente, liquidada por meio de descontos mensais de até 10% da remuneração do servidor.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 40

Acerca do regime disciplinar dos servidores públicos civis federais, assinale a opção correta.

- (A) O ordenamento jurídico não permite que uma simples destituição de cargo em comissão incompatibilize o ex-servidor para nova investidura em cargo público.
- (B) Caso viesse a ser detectada a acumulação ilegal de cargos públicos por parte de um servidor do TJDF, apurando-se que a investidura no segundo cargo teria ocorrido quando o servidor já se encontrava em exercício no Tribunal, então o servidor haveria de ser, necessariamente, demitido.
- (C) Considere a seguinte situação hipotética:
Um servidor do TJDF atuou como procurador do seu irmão junto ao INSS, para efeito de obtenção do benefício de aposentadoria por invalidez. Tendo conhecimento disso, o chefe imediato representou em desfavor do servidor, vindo a ser instaurado contra ele um processo disciplinar.
Nessa situação, seria descabida a imposição de qualquer penalidade disciplinar ao servidor.
- (D) Considerando que, após a aposentadoria de um servidor do TJDF, tivesse sido apurado o seu envolvimento em corrupção, praticada ainda no exercício do cargo, então, a par das eventuais sanções penais, poderia ser decretada a indisponibilidade dos seus bens e o ressarcimento ao erário, sem, contudo, afetar o ato consumado de aposentação.
- (E) O abandono do cargo enseja a aplicação da penalidade disciplinar de demissão, mas as penalidades possíveis em face da inassiduidade habitual são a advertência e a suspensão.

QUESTÃO 41

Em relação aos atos processuais, assinale a opção correta.

- (A) O DF é representado em juízo por seus procuradores, quando for autor, e pelo seu governador, quando for réu.
- (B) O réu sempre responderá pelas custas e pelos honorários advocatícios pagos pelo autor.
- (C) Será nula a intimação quando da publicação não constar o nome de seu advogado, ainda que conste o nome da parte.
- (D) É vedado ao advogado retirar os autos do cartório ou da secretaria, sendo-lhe, porém, reservado o direito de tirar cópia das peças que lhe interessarem.
- (E) No DF, as intimações são sempre realizadas por mandado judicial e cumpridas por oficial de justiça.

QUESTÃO 42

Em relação à competência dos órgãos judiciários e auxiliares da justiça, julgue os itens a seguir.

- I - A regra geral, em relação à competência territorial, é a de que o autor tem o direito de demandar no foro de seu domicílio.
- II - Ao juiz é vedado declarar de ofício a sua incompetência, porque, no processo civil, vigora o princípio dispositivo.
- III - A norma segundo a qual “os feitos nos quais o Distrito Federal é parte são processados e julgados perante a Vara da Fazenda Pública” trata de competência absoluta.
- IV - A norma segundo a qual “a ação de separação judicial corre perante a Vara de Família” pode ser derogada por convenção dos cônjuges, por tratar-se de competência relativa.
- V - Se o réu não opuser exceção declinatória de foro, prorrogase a competência do órgão judicial, tratando-se de hipótese de competência relativa.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (B) I e III. (C) II e IV. (D) III e V. (E) IV e V.

QUESTÃO 43

Comparando-se os processos de conhecimento e os de execução, assinale a opção correta.

- (A) O credor, munido de um cheque emitido pelo devedor sem a devida provisão de fundos, deverá propor ação de cobrança para obter sentença condenatória, que será posteriormente executada.
- (B) O processo de execução, ao contrário do processo de conhecimento, não objetiva a prolação de sentença de mérito.
- (C) O motorista que tiver seu veículo envolvido em acidente de trânsito deverá obter três orçamentos e, optando entre eles pelo de menor preço, poderá propor ação de execução contra o causador do dano.
- (D) No processo de execução de título judicial, não se faz necessária a citação do réu, porque este já terá sido citado para o processo de conhecimento.
- (E) O autor pode, com a concordância do réu, desistir da ação quando se tratar de processo de conhecimento, mas não pode desistir da execução.

QUESTÃO 44

Acerca dos atos processuais, assinale a opção correta.

- (A) Os atos de mero expediente, como a juntada de documentos e a vista obrigatória, praticados pelo servidor, dependem sempre de despacho judicial que os ordene.
- (B) Os prazos correm nos dias úteis, sendo interrompidos nos feriados e fins de semana.
- (C) Os atos processuais são sempre realizados a portas fechadas, deles participando apenas o juiz, as partes, seus procuradores e os servidores da justiça.
- (D) Os atos processuais que tenham de ser praticados fora dos limites territoriais da comarca serão requisitados por carta rogatória.
- (E) Tendo a parte sido intimada na sexta-feira para a prática de um ato no prazo de dois dias, o último dia do prazo será a terça-feira seguinte.

QUESTÃO 45

Julgue os itens seguintes.

- I - O princípio da identidade física do juiz significa que o juiz que tenha concluído a audiência deve sentenciar o feito.
- II - O prazo para contestação começa a correr a partir da data em que o oficial certificar que procedeu à citação do réu.
- III - O julgamento proferido pelos tribunais recebe a denominação de sentença colegiada.
- IV - O ato do juiz que põe fim ao processo é denominado sentença somente se decidir o mérito da causa.
- V - O juiz pode encerrar o processo sem proferir sentença, se inexistirem no ordenamento jurídico normas que regulem a hipótese em julgamento.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

Restringindo-se aos institutos do processo penal brasileiro, responda às questões de 46 a 50.

QUESTÃO 46

A respeito do inquérito policial e da ação penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ O inquérito policial poderá iniciar-se por portaria da autoridade policial, por ofício requisitório do promotor de justiça ou do juiz de direito, por requerimento do ofendido ou de quem possa legalmente representá-lo ou por auto de prisão em flagrante.
- Ⓑ O inquérito policial é sempre necessário para que se inicie a ação penal.
- Ⓒ A autoridade policial poderá determinar o arquivamento de autos de inquérito policial, quando concluir que não foi o indiciado o autor do crime.
- Ⓓ Quando a lei diz que em determinado crime somente se procede mediante representação, tem-se a hipótese de ação penal privada personalíssima.
- Ⓔ O ofendido não tem legitimidade para intentar a ação penal pública, assim como o ministério público não tem legitimidade para intentar a ação penal privada.

QUESTÃO 47

Quanto aos atos processuais e à prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- Ⓐ A sentença é ato processual privativo do juiz e do seu escrivão.
- Ⓑ A testemunha não pratica nenhum ato processual.
- Ⓒ Um dos atos processuais praticados pelo oficial de justiça é a citação por mandado.
- Ⓓ Somente o policial civil e o policial militar podem efetuar a prisão em flagrante.
- Ⓔ Diz-se que o flagrante é impróprio quando o conduzido não é o autor do crime.

QUESTÃO 48

Com referência à prisão preventiva e à prisão temporária, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Somente no caso de crime doloso terá cabimento a prisão preventiva.
- Ⓑ Não cabe a decretação da prisão preventiva de quem seja primário e possua bons antecedentes.
- Ⓒ Somente a autoridade judiciária poderá decretar a prisão preventiva.
- Ⓓ No caso de crime hediondo, a prisão temporária poderá ser decretada por até trinta dias, prorrogáveis por mais trinta.
- Ⓔ A prisão temporária não pode ser decretada pela autoridade policial, ainda que tenha por fim evitar que o autor de um crime faça desaparecer os vestígios do seu ato.

QUESTÃO 49

Acerca das citações e intimações, julgue os itens a seguir.

- I - Diz-se que a citação pode ser real ou ficta, sendo exemplo desta a citação feita por edital.
- II - Quando a citação se der por mandado, ela será pessoal.
- III - Não existe hipótese de citação por hora certa.
- IV - Nos procedimentos de competência do juiz singular, depois de ouvidas as testemunhas de acusação e defesa, segue-se prazo para que as partes requeiram diligências.
- V - Somente a defesa deverá ser intimada para apresentar alegações finais, pois a acusação já apresenta as suas alegações com a denúncia ou a queixa.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 50

Com relação aos processos de competência do juiz singular e aos prazos, julgue os itens abaixo.

- I - Ainda que tenham sido praticados todos os atos de instrução do processo e já estejam os autos com o juiz (conclusos) para sentença, poderá ele interrogar novamente o acusado, se não houver presidido o interrogatório constante dos autos.
- II - No Brasil, vige o sistema acusatório, razão pela qual o processo será composto de, no mínimo, três órgãos, sendo que um se ocupará da acusação, outro da defesa e um terceiro do julgamento.
- III - Por regra, na contagem dos prazos, não se inclui o dia do começo (*dies a quo*), mas se inclui o dia do final (*dies ad quem*).
- IV - Se o réu for menor de vinte e um anos de idade, contar-se-á em dobro o prazo para que possa apelar da sentença condenatória.
- V - A intimação da sentença ao ministério público será feita pelo escrivão no prazo máximo de três dias após a publicação.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.